

COVID-19: PASSAPORTE DE VACINAS

Airton dos Santos Filho (MD)

Luciana Vieira (Ft, PhD), Alessandra Lima (CD, PhD)

11 de novembro de 2021

Apesar do termo “passaporte de vacinas” estar sendo amplamente discutido desde a aprovação das primeiras vacinas contra COVID-19, alguns autores reforçam que esta seria a nova versão de uma antiga ferramenta (SHARIF, 2021). Nos Estados Unidos (EUA), por exemplo, durante a epidemia de varíola (1899 – 1904) a vacinação era compulsória e certificados oficiais ou até mesmo a cicatriz vacinal eram exigidos para o acesso em escolas públicas, trens e teatros (ROSS, 2021). Outro exemplo mais recente é a exigência de certificados internacionais de vacinação contra febre amarela para entrada em países onde a doença é endêmica (WILSON, 2021).

Em relação à COVID-19, até o momento a Organização Mundial de Saúde (OMS) não recomenda às autoridades sanitárias nacionais a exigência de certificados de vacinação para viagens internacionais (WHO, 2021), entretanto em alguns países como Israel, Reino Unido e membros da União Europeia (UE), o passaporte foi instituído não só para embarque e desembarque de pessoas de outros países, como também para uso doméstico. No Brasil, embora a publicação do boletim epidemiológico de setembro/2021 do Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) tenha reforçado a necessidade da elaboração de diretrizes nacionais para a criação do passaporte de vacinas como estratégia central na tentativa de controle da circulação de pessoas não vacinadas em espaços fechados e com maior concentração de indivíduos, para reduzir a transmissão da doença, principalmente entre aqueles que não tem sintomas (FIOCRUZ, 2021), até o momento, esta medida não foi implementada pelo Ministério da Saúde.

A instituição inglesa *The Royal Society* estabeleceu 12 (doze) critérios fundamentais a serem seguidos durante o processo de desenvolvimento de passaportes de vacina (THE ROYAL SOCIETY, 2021):

1. Cumprir padrões de referência de imunidade para COVID-19;
2. Acomodar as diferenças entre as vacinas na sua eficácia, inclusive contra as variantes emergentes;
3. Padronização internacional;
4. Ter credenciais/certificações verificáveis;
5. Ter utilizações/indicações definidas;

6. Basear-se em plataformas de tecnologias interoperáveis;
7. Ter segurança dos dados pessoais;
8. Ser portátil;
9. Ser acessível a indivíduos e governos;
10. Cumprir as normas legais;
11. Cumprir os padrões éticos;
12. Ter condições de uso que sejam compreensíveis e aceitas pelos seus titulares.

Apesar de o passaporte legitimar o direito à livre circulação dos indivíduos imunizados, dilemas éticos têm se apresentado como limitações ao seu uso amplo, uma vez que a exigência coercitiva pelo governo do certificado aos cidadãos que ainda não tiveram acesso à vacinação ou optaram por não se vacinar pode violar os direitos à equidade, autonomia e privacidade. Além disso, o direito à saúde com o livre acesso a serviços essenciais como hospitais, farmácias e supermercados deve ser garantido a toda população, independente de possuir ou não o passaporte de vacinas. Assim como a exigência do certificado pelos empregadores aos funcionários deve ser avaliada criteriosamente a fim de se evitar a judicialização trabalhista (KAMIN-FRIEDMAN, 2021).

O documento por si só não garante a retomada segura das atividades econômicas e socioculturais, devendo continuar sendo associado às medidas de distanciamento social, uso de máscaras e acesso à testagem rápida para COVID-19. Além de limitações éticas e legais, não há consenso em relação ao prazo de validade do passaporte de vacinas devido às incertezas em relação ao tempo exato de duração da imunidade vacinal e natural contra COVID-19 (KAMIN-FRIEDMAN, 2021).

Israel foi um dos primeiros países a instituir um documento desta natureza como política pública. Em março de 2021, o governo criou o “*Green Pass*” destinado àqueles indivíduos que receberam 02 (duas) doses da vacina contra COVID-19 ou, que se recuperaram da doença ou, que participaram de algum estudo clínico de vacinas realizado no país. O certificado permite aos cidadãos o acesso a atividades físicas em clubes e academias, apresentações culturais, hotéis, restaurantes e atrações turísticas. A introdução do passaporte em Israel teve como objetivo proporcionar a retomada das atividades econômicas e socioculturais no país, além de encorajar as pessoas a se vacinarem. Até outubro de 2021, cerca de 64,8% da população havia se vacinado com duas doses da vacina, entretanto aproximadamente 700.000 israelenses optaram por não se vacinar (KAMIN-FRIEDMAN, 2021).

No final de outubro de 2021, milhares de cidadãos israelenses tiveram seus certificados cancelados após 06 (seis) meses da última dose da vacina (THE TIMES OF ISRAEL, 2021). O governo passou a exigir novo “*Green Pass*” após a administração da dose de reforço da

vacina contra COVID-19 e considerou novos critérios de inclusão (ISRAEL, 2021) conforme descrito abaixo.

A) Indivíduos vacinados:

- Aqueles que receberam 02 (duas) ou 03 (três) doses da vacina, uma semana após o dia da administração da última dose, são elegíveis para o “*Green Pass*” com validade até 06 (seis) meses a partir da data da última vacinação;
- Aqueles que receberam apenas 01 (uma) dose não são elegíveis para o “*Green Pass*”, mesmo que apresente teste sorológico positivo após a vacinação.

B) Indivíduos que tiveram COVID-19:

- Aqueles que tiveram doença 01 (uma) ou 02 (duas) vezes confirmada por teste de PCR positivo e portadores de certificado de recuperação e, que não foram vacinados, são elegíveis para o “*Green Pass*” com validade até 06 (seis) meses a partir da data do último certificado de recuperação;
- Aqueles que recuperaram e também receberam apenas 01 (uma) dose de vacina antes ou depois da recuperação são elegíveis o “*Green Pass*” com validade até 31/03/2022;
- As crianças recuperadas com 12 anos e 3 meses ou menos são elegíveis para o “*Green Pass*” com validade até 31/03/2022, ou até atingirem a idade de 12 anos e 3 meses, o que for mais tarde (a partir de 17/10/2021).

C) “*Green Pass*” temporário:

- Adultos e crianças que tenham apresentado resultados negativos num teste rápido podem apresentar os resultados do teste a fim de entrar nas instalações que devem cumprir as restrições do “*Green Pass*” nas 24 horas após o teste;
- Adultos e crianças com um resultado negativo do teste PCR podem solicitar um “*Green Pass*” com validade apenas por 72 horas a partir do dia do teste;
- Crianças com 3 anos de idade ou menos, assim como crianças com 12 anos e 3 meses de idade ou menos com um certificado de deficiência são isentas da apresentação do “*Green Pass*”.

No Reino Unido, o NHS (*National Health Service*) desenvolveu um certificado chamado “*NHS COVID Pass*” que permite aos usuários comprovar seus registros de vacinação, detalhes das vacinas administradas, datas e intervalos de doses ou testes de COVID-19 realizados. O documento passou a ser utilizado em julho de 2021 para viagens e até mesmo dentro do território nacional como condição de entrada em determinados locais ou eventos. A utilização do certificado é voluntária, entretanto, o governo encoraja sua utilização em situações onde é provável que as pessoas estejam muito próximas umas das outras, como

em discotecas, grandes festivais ou eventos esportivos (NHS, 2021). Os critérios para utilização do “*NHS COVID Pass*” estão descritos a seguir (NHS, 2021).

A) Para viagens internacionais:

- Duas (02) doses da vacina Moderna, AstraZeneca ou Pfizer;
- Uma (01) dose da vacina Janssen;
- Prova de imunidade natural demonstrada por um resultado positivo de teste PCR para COVID-19, com duração de até 180 dias após a data do teste positivo e após a conclusão do período isolamento.

B) Para uso doméstico:

- Duas (02) semanas após completar um curso completo de vacinação, quer isso exija 02 (duas) doses ou 01 (uma) dose, ou seja, 02 (duas) doses da vacina Moderna, AstraZeneca ou Pfizer, ou 01 (uma) dose da vacina Janssen;
- PCR ou teste de fluxo lateral rápido negativos dentro do prazo de 48 horas até a entrada no local onde o certificado é exigido;
- Prova de imunidade natural demonstrada por um resultado positivo do teste PCR para COVID-19, com duração de 180 dias a partir da data do teste positivo e após a conclusão do período isolamento.

A União Europeia (UE) desenvolveu um certificado digital semelhante ao de Israel e do Reino Unido, chamado “*EU Digital COVID Certificate*”, em vigência desde julho de 2021, com as seguintes características: formato digital (podendo também ser impresso), com QR CODE, gratuito, disponível em inglês e no idioma nacional, seguro e válido em todos os países-membros da UE. As pessoas totalmente vacinadas portadoras do certificado devem ser isentas de testes relacionados em viagens ou de quarentena 14 dias após terem recebido a última dose. A norma também é válida para pessoas recuperadas de COVID que receberam apenas uma dose vacinal. Indivíduos que tiveram a doença estão isentos de testes ou quarentena em viagens durante 180 dias após um teste de PCR positivo. Também estão isentos de possíveis requisitos de quarentena pessoas que apresentarem teste de PCR negativo dentro de 72 horas ou testes rápidos de antígeno dentro de 48 horas. Os estados-membros da UE podem requisitar o comprovante para uso doméstico, entretanto esta decisão cabe aos governos locais (EUROPEAN UNION, 2021).

Nos Estados Unidos (EUA) O CDC (*Centers for Disease Control and Prevention*) estabeleceu recomendações apenas para viagens nacionais e internacionais. Para viagens dentro do país, indivíduos completamente vacinados ou que tiveram COVID-19 nos últimos 03 (três) meses não necessitam de testes ou quarentena. Para pessoas que não se vacinaram, o órgão recomenda a realização de teste viral 1-3 dias antes da viagem e 3-5 dias após o retorno, além de isolamento domiciliar por 07 (sete) dias. Para viajantes internacionais

completamente vacinados que chegam aos EUA, o CDC exige certificado de vacinação e teste negativo para COVID-19 realizado em até no máximo 03 (dias) antes da viagem. As pessoas que ainda não foram completamente vacinadas devem apresentar teste negativo nas últimas 24 horas que antecedem a viagem. Após o desembarque, todos os indivíduos devem realizar teste para COVID-19 em até 3-5 dias. A quarentena é recomendada apenas para as pessoas que ainda não foram completamente vacinadas durante período de 07 (dias) caso o resultado do teste realizado após a chegada tenha sido negativo ou 10 (dez) dias se o teste não foi realizado (CDC, 2021).

Até o momento não há regulamentação federal para o uso doméstico de passaportes ou certificados de vacinação nos EUA. Os estados têm autonomia para implementar ou não sua exigência para acesso em locais públicos ou privados (ROUW, 2021). Questões éticas e legais, relacionadas aos direitos civis, dividem governantes e cidadãos (HALL, 2021). Alguns estados como Texas e Flórida se posicionaram contra, enquanto outros como Nova Iorque optaram por desenvolver iniciativas como o “*Excelsior Pass*” que permite aos portadores a entrada em alguns eventos, por exemplo, em teatros e arenas (NEW YORK STATE, 2021).

No Canadá, o certificado de vacinação passou a ser exigido em viagens aéreas, ferroviárias e marítimas, tanto nacionais quanto internacionais, a partir de 30 de outubro de 2021. O documento desenvolvido pelas províncias com o apoio do governo canadense, possui o histórico de vacinação do indivíduo e é reconhecido por parceiros internacionais. O mesmo também pode ser exigido em alguns territórios nacionais para o acesso a atividades e serviços não essenciais (GOVERNMENT OF CANADA, 2021).

A iniciativa adotada na China desde o início da pandemia, com lógica similar à dos passaportes, foi a implementação de um aplicativo para *smartphones* chamado “HEALTH CODE” que por meio do uso de tecnologias de rastreamento geoespacial, *big data* e gamificação, analisa informações e contatos pessoais dos indivíduos, viagens recentes nos últimos 14 dias, além de dados dos sistemas de saúde para classificar os riscos de transmissão de COVID-19 em 03 (três) categorias: verde, amarelo e vermelho (Figura 1). Portadores do código verde podem circular livremente pelo território, por exemplo, em trens e metrô. Código amarelo exige 01 (uma) semana de quarentena, enquanto o código vermelho, 02 (duas) semanas de isolamento (CONG, 2021). Recentemente, houve ainda um *upgrade* para quem se vacinou com um ícone dourado (Figura 2), com a figura de uma seringa no canto superior esquerdo da tela e um sinal sonoro (SIXTH TONE, 2021). O sistema, desenvolvido em 04 (quatro) dias pelas gigantes chinesas de tecnologia Alibaba e Tencent, a pedido do governo chinês, além de facilitar o rastreamento em tempo real dos indivíduos com alto risco de transmissão de COVID-19, permite o agendamento de consultas e exames médicos. As críticas se resumem às dúvidas em relação à segurança e privacidade dos dados

personais, além da figura paternalista do estado com excesso de controle sobre o indivíduo (CONG, 2021).



Figura 1: Categorias do “HEALTH CODE” (CONG, 2021).



Figura 2: “GREEN HEALTH CODE” com ícone dourado de vacinação (SIXTH TONE, 2021).

À medida que a vacinação contra COVID-19 avança no mundo, diversos países têm traçado metas de adesão do maior número possível de pessoas à administração dos imunizantes. Ainda não está claro se a exigência do passaporte ou certificado de vacinação, seja para uso doméstico ou viagens internacionais, poderia ser uma boa estratégia de estímulo à vacinação. Figueiredo e colaboradores (2021) conduziram uma pesquisa com 17.000 pessoas no Reino Unido com o objetivo de avaliar as atitudes dos indivíduos diante do documento. Os pesquisadores observaram um “efeito polarizador” em um possível cenário de exigência do passaporte de vacina, ou seja, aqueles indivíduos que já tinham a intenção de se vacinar tornam-se ainda mais motivados, entretanto, entre as pessoas que estão em dúvida, a exigência do passaporte, sobretudo para uso doméstico, diminui a intenção de se vacinar (FIGUEIREDO, 2021). Desta forma, assim como outras medidas não consensuais que foram necessárias em alguns países durante a pandemia como, por exemplo *lockdown*, a adoção do passaporte de vacinas como política pública deve ser bem analisada pelos governantes, levando em consideração fatores sociodemográficos e culturais, bem como o equilíbrio entre os direitos individuais e da coletividade.

REFERÊNCIAS

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Interim Public Health Recommendations for Fully Vaccinated People. CDC, 2021. Acesso em 09/11/2021.

CONG, W. From Pandemic Control to Data-Driven Governance: The Case of China's Health Code. *Frontiers in Political Science*, 2021. Acesso em 10/11/2021.

EUROPEAN UNION. EU Digital COVID Certificate. European Commission, 2021. Acesso em 05/11/2021.

FIGUEIREDO, A. et al. The potential impact of vaccine passports on inclination to accept COVID-19 vaccinations in the United Kingdom: Evidence from a large cross-sectional survey and modeling study. *EclinicalMedicine*, 2021. Acesso em 09/11/2021.

FIOCRUZ (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ). Boletim Observatório Covid-19 – Semanas epidemiológicas 37/38. FIOCRUZ, 2021. Acesso em 03/11/2021.

GOVERNMENT OF CANADA. About the Canadian COVID-19 proof of vaccination. 2021. Acesso em 09/11/2021.

HALL, M. A. et al. "Vaccine Passport" Certification – Policy and Ethical Considerations. *N Engl J Med*, 2021. Acesso em 09/11/2021.

ISRAEL. Ministry of Health. Green Pass Restrictions. 2021. Acesso em 04/11/2021.

KAMIN-FRIEDMAN, S. et al. Lessons from Israel's COVID-19 Green Pass program. *Isr J Health Policy Res*, 2021. Acesso em 04/11/2021.

NEW YORK STATE. Excelsior Pass and Excelsior Pass Plus. 2021. Acesso em 09/11/2021.

NHS – NATIONAL HEALTH SERVICE. Guidance: NHS COVID Pass. NHS, 2021. Acesso em 05/11/2021.

ROSS, D. The First "Vaccine Passports" were scars from Smallpox vaccinations. *History*, 2021. Acesso em 03/11/2021.

ROUW, A. et al. Key Questions about COVID-19 Vaccine Passports and the U.S. Kaiser Family Foundation – KFF, 2021. Acesso em 09/11/2021.

SHARIF, A. et al. A pragmatic approach to COVID-19 vaccine passport. *BMJ Glob Health*, 2021. Acesso em 03/11/2021.

SIXTH TONE. Chinese Province Launches Gold "Health Code" for Vaccine Recipients. 2021. Acesso em 10/11/2021.

THE ROYAL SOCIETY. Twelve criteria for the development and use of COVID-19 vaccine passports. THE ROYAL SOCIETY, 2021. Acesso em 03/11/2021.

THE TIMES OF ISRAEL. Nearly 2 million Israelis lose Green Pass as new rules enter effect. THE TIMES OF ISRAEL, 2021. Acesso em 04/11/2021.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). Interim position paper: considerations regarding proof of COVID-19 vaccination for international travellers. WHO, 2021. Acesso em 03/11/2021.

WILSON, K. et al. Implementing digital passports for SARS-CoV-2 immunization in Canada. *CMAJ*, 2021. Acesso em 03/11/2021.